

Dívida social Educação

ARNALDO NISKIER (*)

O Brasil tem uma ostensiva dívida social com as suas populações de baixa renda. Faltam escolas e, nas existentes, há elevadas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série (somente 14 por cento do alunado frequenta a série correspondente à sua respectiva idade). Para se ter uma idéia, 58,7 por cento dos alunos brasileiros repetem a 1ª série do ensino fundamental, proporção que se amplia para 73,9 por cento na população escolar do Nordeste rural de baixa renda. Não é de se estranhar, assim, o comentário de D. Hélder Câmara: "A sociedade que não passa fome está automaticamente condenada pela sociedade que passa fome."

As injustiças sociais não param aí, pois apresentam um ensino meio caótico, sem a adequada profissionalização que conduza ao mercado de trabalho, e uma Reforma Universitária (a partir de 1968) que aprofundou distorções, além de descompassada da qualidade indispensável de ensino. Deseja-se exaltar a atividade pública de ensino, como fator de conquista da nossa independência

tecnológica, mas estamos distantes disso, pois as nossas escolas superiores exaurem suas potencialidades na distribuição de diplomas, além de se distrair hoje com o duplo fenômeno do corporativismo e do assembleísmo. Até quando?

Contamos com 85 universidades, entre públicas e particulares, envolvidas no empenho de ensino-pesquisa-extensão, mas todas elas submetidas ao modelo único nascido da Lei 5.540/68. Pensa-se na modificação desse esquema, mais flexível, mais livre, coerente com os dispositivos de autonomia expressos na Carta Magna de 1988.

Por outro lado, existe toda uma preocupação com o que ocorre no magistério. Além dos salários, é preciso melhorar a performance dos professores. Em função disso, o MEC pretende oferecer cursos de treinamento aos professores, a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), como está ocorrendo com professores de Matemática de ensino fundamental. Cerca de 17 mil deles recebem treinamento via correspondência, com

materiais de apoio impresso elaborados pela Funbec, e os primeiros resultados revelaram-se notáveis, ensejando o prosseguimento de tais experiências de ensino a distância.

Aliás, a esse propósito, o senador Hugo Napoleão estimulou o pleno emprego de tecnologias na Educação. Valendo-se de uma indicação do Conselho Federal de Educação, determinou ao Inep a elaboração de estudos para a valorização da educação a distância, inclusive com a utilização de computadores, rádio, televisão e da ociosidade do nosso satélite doméstico de telecomunicações. Diversos cursos serão oferecidos à comunidade, à semelhança do que ocorre em outros países, como a Inglaterra, Israel, Espanha, China, Colômbia, Bolívia, Canadá e Índia, começando com a capacitação do professorado leigo, em número superior a 200 mil em nosso País. Poderá ser uma autêntica revolução pedagógica, com a ampliação das oportunidades educacionais em número bastante expressivo, resguardada a sua indispensável qualidade.

(*) Arnaldo Niskier é professor e jornalista

CORREIO BRAZILIENSE

25 FEV 1989

6861 A31 52